



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 023, DE 14 DE MARÇO DE 2025

À Exma. Senhora
Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação e deliberação desta Colenda Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei, que estabelece a revisão geral anual das remunerações dos servidores do Município e Autarquias.

O Projeto de Lei em pauta decorre da necessidade de cumprimento do disposto no inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal, que exige a revisão geral anual dos vencimentos, proventos e pensões dos servidores municipais.

Cumpre destacar que o Município de Campo Bom não possui uma Lei específica que determine o índice da revisão geral anual e a aprovação por esta Casa Legislativa permitirá a implantação do reajuste em tempo hábil, para a inclusão na folha de pagamento desta competência.

Foi utilizada a aplicação do índice do IPCA (5,06%), do período de março de 2024 a fevereiro de 2025. O IPCA é o índice oficial de inflação do país, calculado pelo IBGE, e tem como base a variação de preços de bens e serviços como alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação, comunicação, entre outros.

Cabe ressaltar também que o ajuste proposto é superior à atualização do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para o exercício de 2025, que foi fixado em 4,36%.

Concluindo, é importante referir que a Lei Orçamentária para 2025 já previa a atualização da despesa pública com pessoal e encargos, considerando a variação inflacionária instalada e, portanto, os reajustes objeto do Projeto de Lei em questão têm adequação e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento para 2025, assim como com o Plano Plurianual, de sorte que além de não restar extrapolado o limite legal de comprometimento com as despesas com pessoal, é perfeitamente absorvível, não prejudicando as metas e resultados previstos.

Atenciosamente,

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

PROJETO DE LEI nº 023, de 14 de março de 2025.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, E PENSIONISTAS VINCULADOS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E AUTARQUIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. É concedido aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Município e Autarquias, a revisão geral anual de 5,06% sobre a remuneração mensal, correspondendo esse percentual ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, referente à perda inflacionária, a contar de 01/03/2025.

Parágrafo Único. São abrangidos pela revisão a que se refere o “caput” do artigo 1º, vencimentos, salários, proventos e pensões inerentes aos seguintes segmentos de servidores vinculados ao Poder Executivo Municipal e Autarquias:

I - servidores estatutários ativos, integrantes dos Quadros Funcionais Efetivo, Comissionado e de Direção Chefia e Assessoramento;

II - servidores estatutários inativos e pensionistas do Município de Campo Bom;

III - servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, titulares de empregos públicos, e servidores constitucionalmente estabilizados em funções públicas.

Art. 2º. Aplica-se o índice de reajuste constante no artigo 1º aos patamares de vencimentos básicos previstos nos incisos I, II e III do artigo 2º da Lei Municipal nº 5.484, de 19 de março de 2024.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 14 de março de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.